De Seguros Paramétricos a programas público-privados, o setor segurador já dispõe de instrumentos para transformar debates sobre transição climática em soluções concretas para empresas e governos



- A intensificação de eventos extremos pressiona balanços públicos, margens corporativas e o próprio mercado segurador, especialmente em economias emergentes. Ao mesmo tempo, cresce a percepção de que o seguro deixou de ser apenas um “custo inevitável” para se tornar ferramenta de política econômica e gestão de risco, capaz de apoiar planos de adaptação setoriais e territoriais.
- Esse desafio aparece também nos números globais. Segundo levantamento da Swiss Re, os desastres naturais provocaram US$ 318 bilhões em perdas econômicas em 2024, mas parte expressiva desse valor não estava segurada. A lacuna de proteção mostra por que a adaptação climática depende não apenas de obras, tecnologia e planejamento, mas também de mecanismos financeiros capazes de absorver choques e acelerar a recuperação.

Para empresas e governos, a pergunta prática é: como transformar painéis e compromissos em instrumentos de transferência de risco que encurtem o caminho entre o evento climático e a retomada da atividade?

1. Paramétricos: gatilhos e rapidez

Seguros paramétricos (ou indexados) disparam indenizações com base em gatilhos objetivos - como níveis de chuva, vento ou temperatura - em vez da verificação detalhada de cada sinistro. Isso permite que empresas e governos recebam recursos em poucos dias, com maior previsibilidade de fluxo de caixa e menos disputa sobre valores.

Experiências recentes utilizam paramétricos para riscos de seca, enchentes, furacões e até perda

de receita pública, combinando dados de satélite, estações meteorológicas e modelos climáticos. No Brasil e em outros mercados emergentes, resseguradoras têm testado índices climáticos aplicados ao campo e à infraestrutura, abrindo espaço para soluções adaptadas ao território.

Empresas podem usar paramétricos como “colchão” para perda de receita, custos extraordinários ou franquias de seguros tradicionais.

Governos podem estruturar coberturas paramétricas para desastres naturais, garantindo caixa imediato para resposta e reconstrução.

2. Seguro agrícola como política de adaptação

O seguro rural continua sendo uma das ferramentas mais diretas para enfrentar a variabilidade climática no agronegócio. Estudos mostram que a combinação de seguro agrícola, crédito rural e assistência técnica aumenta a capacidade de produtores investirem em variedades mais resilientes, manejo de solo e tecnologias de irrigação eficiente.

No Brasil, esse movimento também começa a ganhar contornos regulatórios. A agenda recente da Susep passou a tratar questões ambientais, sociais e climáticas como parte das diretrizes aplicáveis ao seguro rural, reforçando a conexão entre proteção financeira, sustentabilidade e adaptação no campo.

Em vários países, paramétricos de índice de chuva ou temperatura complementam o seguro tradicional para acelerar o pagamento ao produtor em safras críticas, reduzindo o risco de inadimplência e a necessidade de programas emergenciais improvisados. Como o gatilho é climático, e não a declaração individual de perda, diminui-se o risco moral e reforça-se o foco em indicadores objetivos.

Seguradoras e resseguradoras podem atuar com bancos de desenvolvimento e agências de fomento para desenhar portfólios que integrem seguro e crédito, alinhados às metas de transição no campo.

Empresas da cadeia - traders, cooperativas, indústrias - podem ancorar programas de seguro, estabilizando suprimentos e fortalecendo suas estratégias ESG.

3. Programas público-privados de catástrofe

Fechar a “lacuna de proteção” em catástrofes climáticas exige arranjos em que setor público e mercado segurador compartilham riscos e dados. Modelos como pools nacionais, esquemas de resseguro público e parcerias com bancos de desenvolvimento ampliam a capacidade de retenção local e facilitam o acesso a capital internacional, inclusive via títulos catastróficos.

Na prática, esses arranjos ajudam governos a trocar respostas emergenciais improvisadas por mecanismos previamente contratados de liquidez, proteção fiscal e reconstrução planejada.

Quando bem desenhados, esses programas ampliam a cobertura para famílias, empresas e infraestrutura pública, ao mesmo tempo em que condicionam benefícios a medidas de mitigação - por exemplo, padrões construtivos mais robustos e uso de zonas de amortecimento. Em mercados emergentes, bancos de desenvolvimento podem codesenvolver soluções, subsidiar prêmios e integrar seguro às estratégias de planejamento climático.

Governos estaduais e municipais podem discutir com o mercado esquemas de seguro e resseguro para infraestrutura crítica, como energia, saneamento e transporte.

Seguradoras e resseguradoras podem se posicionar como parceiras de política pública, oferecendo modelagem, capacidade de underwriting e acesso ao mercado de capitais.

4. Dados climáticos como requisito

A transição climática inaugura um novo patamar de exigência de dados: seguradoras, resseguradoras e reguladores começam a demandar informações sobre exposição física e planos de adaptação antes de precificar riscos ou liberar capacidade. Ao mesmo tempo, novas bases de dados climáticos e catastróficos, combinadas com modelos avançados, permitem segmentar risco em nível de ativo ou bairro.

Reguladores podem incentivar - ou exigir - que preços e oferta de cobertura reflitam o nível de mitigação de risco, criando um ciclo em que quem investe em adaptação - reforço estrutural, drenagem, proteção costeira, planos de contingência - tem melhor acesso a seguro e condições mais favoráveis. Isso transforma dados climáticos em insumo central da governança corporativa e das políticas públicas.

Empresas podem tratar dados climáticos e de risco como ativos estratégicos, integrando-os a comitês de risco, planos de continuidade de negócios e relatórios climáticos alinhados às recomendações da TCFD e, cada vez mais, aos padrões IFRS S1 e IFRS S2.

Governos podem usar esses dados para mapear áreas críticas, definir prioridades de investimento e desenhar programas de seguro alinhados à realidade local.

5. Endossos de resiliência e reconstrução melhor

Cresce a discussão sobre seguros que não apenas indenizam perdas, mas incentivam a redução de risco ao longo do tempo. Endossos de resiliência podem liberar recursos adicionais para reconstrução com padrões mais robustos, incluindo reforço estrutural, soluções baseadas na natureza e infraestrutura verde que reduz risco de enchentes.

Pesquisas sugerem que reguladores e o mercado podem cooperar para introduzir produtos que combinem paramétricos segmentados, novos dados climáticos e cláusulas de reconstrução melhor, aproximando seguro, planejamento urbano e regulação prudencial. Assim, a indenização deixa de ser apenas reposição do status quo e passa a ser oportunidade de adaptação.

Empresas podem negociar endossos que prevejam recursos extras para reconstruir com maior resiliência, em vez de replicar estruturas vulneráveis.

Governos e reguladores podem orientar a adoção desses endossos em setores críticos, como habitação social e infraestrutura, integrando-os às estratégias de adaptação.

Do discurso à implementação

A transição climática trouxe o seguro do plano da “apólice guardada na gaveta” para o centro da discussão sobre riscos físicos e adaptação. Paramétricos, seguro agrícola, programas público-privados, endossos de resiliência e uso intensivo de dados climáticos formam um cardápio de soluções disponível; o desafio, agora, é incorporá-las à tomada de decisão de empresas e governos, antes que o próximo evento extremo teste os limites da resiliência financeira.

Leia também:

CNseg lança projeto “Construindo Seguros para a Transição Climática”, que inclui ferramenta de mapeamento da exposição brasileira a riscos climáticos físicos e aproxima o setor de agendas de mitigação e adaptação.

Fonte: CNseg, em 25.05.2026